REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO BALANÇO SOCIAL DAS CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL

SOCIAL RESPONSIBILITY: AN ANALYSIS OF THE SOCIAL BALANCE SHEETS OF ELECTRICITY DISTRIBUTION UTILITIES IN SOUTHERN BRAZIL

Ciências Sociais Aplicadas • 04/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793513606

Tiago Martins da Silva[1]

RESUMO

O Balanço Social é um demonstrativo que objetiva informar e evidenciar o papel da organização, se referindo tanto no ambiente externo quanto interno e os investimentos que ocorrem na instituição de maneira voluntária com o intuito de ajudar organizações de terceiro setor. Neste contexto o objetivo deste estudo é identificar através do Balanço Social os investimentos promovidos pelas concessionárias de distribuição de Energia Elétrica do Sul do Brasil na área social entre os anos de 2021 a 2025. Justifica-se a escolha deste tema para estudo e compreensão de como deve ser realizado os demonstrativos e quais dados são obrigatórios e como devem ser demonstrados, e por ser um tema centro de estudo de muitas pesquisas e discussão nos dias atuais contribuirá de forma ampla para formação acadêmica, para compreensão de todos os ramos que o acadêmico pode atuar. A pesquisa tem abordagens de natureza qualitativa e quantitativa, será de caráter descritivo e de natureza aplicada, além de se enquadrar como uma pesquisa documental. Como resultado percebeu-se que os indicadores estudados nesta pesquisa impactam positivamente, estreitando e melhorando a relação entre entidade e usuário. Concluiu-se também que a COPEL é a distribuidora que mais gerou receita liquida e consequentemente realizou mais investimentos nas áreas estudadas

Palavras-chave: Balanço Social; Distribuidoras; Energia.

ABSTRACT

The Social Balance Sheet is a statement designed to inform and highlight an organization’s role—both internally and externally—as well as the voluntary investments it makes to support third-sector entities. In this context, this study aims to identify, through Social Balance Sheets, the social investments made by electric power

distribution utility companies in Southern Brazil between 2021 and 2025. The choice of this topic is justified by the need to understand how such statements should be prepared, which data are mandatory, and how they should be presented. Furthermore, as this subject is currently a central focus of research and discussion, it contributes significantly to academic development by providing insight into the various fields in which a professional in this area might work. The research employs both qualitative and quantitative approaches; it is descriptive and applied in nature, and qualifies as documentary research. The findings indicate that the indicators examined have a positive impact, strengthening and improving the relationship between the utility company and its users. It was also concluded that COPEL is the distributor that generated the highest net revenue and, consequently, made the largest investments in the areas under study.
Keywords: Social Balance; Distributors; Energy.

1. INTRODUÇÃO

A responsabilidade social e ambiental tem adquirido crescente relevância no contexto organizacional, considerando a necessidade de as empresas demonstrarem não apenas seus resultados econômicos e financeiros, mas também suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade. Nesse cenário, a contabilidade social desempenha um papel importante ao proporcionar informações sobre as ações e os investimentos realizados pelas organizações em benefício de seus colaboradores, da comunidade e do meio ambiente.

O Balanço Social constitui um importante instrumento de transparência e evidenciação das práticas de responsabilidade

social, permitindo identificar os projetos, benefícios e investimentos desenvolvidos pelas organizações. Conforme Freire e Silva (2001), esse demonstrativo possibilita avaliar e divulgar as ações sociais das empresas, evidenciando suas contribuições aos empregados, investidores, acionistas e à sociedade em geral. Além de representar um mecanismo de prestação de contas, o Balanço Social pode ser utilizado como ferramenta de gestão e avaliação do compromisso socioambiental das instituições.

No setor de energia elétrica, a responsabilidade social assume especial importância em razão da relevância econômica e social dos serviços prestados à população. As concessionárias de distribuição de energia elétrica desempenham atividades essenciais ao desenvolvimento regional, tornando pertinente analisar de que maneira seus investimentos sociais e ambientais contribuem para a melhoria das condições de vida da população e para o desenvolvimento sustentável.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como tema a análise dos investimentos sociais e ambientais evidenciados nos Balanços Sociais das concessionárias de distribuição de energia elétrica da Região Sul do Brasil, compreendendo a Companhia Paranaense de Energia (Copel), as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), no período de 2021 a 2025.

Assim, estabelece-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais foram os investimentos sociais e ambientais evidenciados nos Balanços Sociais das concessionárias de distribuição de energia elétrica da Região Sul do Brasil entre os anos de 2021 e 2025? Desta forma, o objetivo geral deste estudo consiste

em identificar e analisar os investimentos realizados na área social pelas referidas concessionárias, com base nas informações divulgadas em seus Balanços Sociais.

Especificamente, busca-se analisar os investimentos destinados aos programas ambientais, verificar as ações relacionadas ao exercício da cidadania empresarial e calcular a representatividade dos investimentos sociais em relação à receita operacional líquida das empresas no período investigado.

A realização desta pesquisa justifica-se pela importância da transparência na divulgação das informações socioambientais e pela necessidade de compreender como empresas de significativa relevância econômica contribuem para o desenvolvimento social e ambiental das regiões onde atuam. Além disso, o estudo possibilita ampliar as discussões sobre a utilização do Balanço Social como instrumento de avaliação da responsabilidade social corporativa, contribuindo para a produção do conhecimento científico na área contábil e oferecendo subsídios para futuras pesquisas sobre investimentos socioambientais em diferentes setores econômicos.

Dessa forma, espera-se que a pesquisa contribua para uma melhor compreensão das práticas de responsabilidade social adotadas pelas concessionárias analisadas, evidenciando a importância da contabilidade social na divulgação das ações empresariais e na promoção da transparência, da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

A presente revisão de literatura aborda os fundamentos teóricos e a evolução da responsabilidade social empresarial, da contabilidade

social e do balanço social, com ênfase no Modelo IBASE e em sua aplicação ao setor de energia elétrica brasileiro. A discussão considera aspectos econômicos, sociais, ambientais, contábeis e regulatórios, estabelecendo relações entre a transparência corporativa, a prestação de contas, a sustentabilidade e a responsabilidade das concessionárias de energia elétrica perante a sociedade.

2.1. Responsabilidade Social Empresarial: Fundamentos Conceituais e Evolução

A responsabilidade social empresarial (RSE) constitui um campo de estudos que analisa as obrigações e os compromissos das organizações perante a sociedade, ultrapassando a concepção tradicional de que a atividade empresarial deve estar orientada exclusivamente à geração de resultados econômicos. Sua evolução está relacionada às transformações sociais, econômicas, ambientais e institucionais que passaram a exigir das empresas maior comprometimento com os impactos decorrentes de suas atividades.

Carroll (1991) apresenta uma das contribuições teóricas mais reconhecidas sobre responsabilidade social empresarial, ao propor uma estrutura composta por quatro dimensões: econômica, legal, ética e filantrópica. Nessa perspectiva, a responsabilidade social não elimina a necessidade de rentabilidade, mas incorpora o cumprimento das obrigações legais, o comportamento ético e as contribuições voluntárias para o bem-estar coletivo.

A abordagem dos stakeholders, desenvolvida por Freeman (1984), amplia essa compreensão ao reconhecer que as organizações mantêm relações com diferentes grupos interessados, incluindo

acionistas, trabalhadores, consumidores, fornecedores, governos e comunidades. Assim, o desempenho empresarial deve ser analisado considerando os interesses e as expectativas desses grupos, e não apenas os resultados destinados aos proprietários do capital.

Outra contribuição relevante é a perspectiva do Triple Bottom Line, difundida por Elkington (1997), segundo a qual o desempenho organizacional deve contemplar três dimensões interdependentes: econômica, social e ambiental. Essa abordagem contribuiu para a ampliação das discussões sobre sustentabilidade corporativa e para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação e divulgação de informações não financeiras.

No contexto contemporâneo, a responsabilidade social também se relaciona aos princípios ambientais, sociais e de governança, frequentemente identificados pela sigla ESG (Environmental, Social and Governance). Embora os conceitos de RSE, sustentabilidade e ESG apresentem diferenças teóricas, compartilham a preocupação com os efeitos das decisões empresariais sobre a sociedade e com a qualidade dos mecanismos de governança e prestação de contas.

A discussão ganha relevância no setor de energia elétrica brasileiro, considerando que a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia produzem impactos econômicos, sociais e ambientais significativos. Além da importância estratégica para o desenvolvimento nacional, as empresas desse setor precisam conciliar eficiência operacional, modicidade tarifária, qualidade do serviço, segurança energética e compromissos socioambientais.

Dessa forma, a responsabilidade social no setor elétrico deve ser compreendida não apenas como um conjunto de ações voluntárias

ou filantrópicas, mas como parte integrante da gestão empresarial, especialmente diante da natureza essencial dos serviços prestados e dos efeitos das atividades energéticas sobre a população e o meio ambiente.

2.2. Contabilidade Social: Conceitos, Objetivos e Relevância

A contabilidade social, no âmbito da contabilidade empresarial, representa uma ampliação da função informacional da contabilidade tradicional, incorporando a identificação, a mensuração e a evidenciação de informações relacionadas aos impactos sociais e ambientais das atividades organizacionais.

Enquanto a contabilidade financeira se concentra predominantemente no patrimônio, no desempenho econômico e nos fluxos financeiros das entidades, a contabilidade social busca ampliar a compreensão dos resultados empresariais, considerando também a distribuição da riqueza, os investimentos sociais, as relações de trabalho e os efeitos das operações sobre a coletividade.

Gray, Owen e Adams (1996) discutem a contabilidade e a prestação de contas social e ambiental como mecanismos associados à responsabilidade das organizações perante diferentes públicos. Essa perspectiva reconhece que a informação contábil não deve atender exclusivamente às necessidades dos investidores, mas também contribuir para o acompanhamento das consequências sociais das decisões empresariais.

No Brasil, a contabilidade social empresarial está relacionada ao desenvolvimento de instrumentos como a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), o balanço social e os relatórios de sustentabilidade. Esses instrumentos apresentam finalidades

distintas, porém complementares, na divulgação de informações sobre a atuação das organizações.

A DVA evidencia a riqueza gerada pela entidade e sua distribuição entre empregados, governo, financiadores, proprietários e outros agentes, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1). Sua obrigatoriedade para companhias abertas decorre da Lei nº 6.404/1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007. O balanço social, por sua vez, possui abrangência mais ampla, podendo reunir indicadores relativos às condições de trabalho, aos benefícios concedidos aos empregados, aos investimentos comunitários, aos tributos e às iniciativas ambientais.

Entretanto, a divulgação de informações sociais não garante, isoladamente, a existência de práticas socialmente responsáveis. É necessário considerar a qualidade, a confiabilidade, a comparabilidade e a materialidade das informações apresentadas. Uma empresa pode divulgar investimentos sociais expressivos e, simultaneamente, apresentar problemas relacionados à qualidade do serviço, à gestão ambiental ou às relações com seus trabalhadores. Essa contradição demonstra a necessidade de uma abordagem crítica da contabilidade social, orientada não apenas à divulgação de valores monetários, mas também à avaliação dos resultados efetivamente alcançados.

No setor elétrico brasileiro, a contabilidade social assume especial importância porque as empresas administram recursos e infraestruturas essenciais ao funcionamento da economia. Nesse contexto, a evidenciação de informações sociais e ambientais contribui para ampliar a transparência e fortalecer o controle social sobre a atuação das organizações.

2.3. Modelo IBASE: Estrutura, Indicadores e Contribuição para a Contabilidade Social

O Modelo IBASE constitui uma das principais referências históricas brasileiras para a elaboração do balanço social. Sua proposta está fundamentada na utilização de indicadores quantitativos e qualitativos, organizados em uma estrutura padronizada, com o objetivo de facilitar a compreensão e a comparação das informações sociais e ambientais.

Conforme o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008), o modelo procura apresentar, de forma sintética, os investimentos e as ações empresariais direcionados aos empregados, à sociedade e ao meio ambiente.

Sua estrutura tradicional contempla sete grupos de informações.

Tabela1. Estrutura tradicional dos indicadores do modelo IBASE

Grupo	**Principais informações**
1. Base de cálculo	Receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta
2. Indicadores sociais internos	Alimentação, saúde, educação, capacitação, previdência e benefícios aos empregados
3. Indicadores sociais externos	Investimentos comunitários, educação, cultura, saúde e tributos
4. Indicadores ambientais	Investimentos ambientais relacionados à operação e a programas externos
5. Indicadores do corpo funcional	Número de empregados, admissões, diversidade e condições de trabalho

6. Informações sobre cidadania empresarial	Participação dos empregados, relações com fornecedores e responsabilidade corporativa
7. Outras informações	Esclarecimentos e informações complementares

Fonte: Adaptado de IBASE (2008).

Uma das características relevantes do Modelo IBASE é a possibilidade de relacionar os investimentos sociais e ambientais a indicadores econômicos e financeiros, permitindo avaliar a representatividade dos recursos destinados a essas finalidades. Por exemplo, os investimentos sociais internos podem ser analisados em relação à folha de pagamento bruta, enquanto determinados investimentos externos e ambientais podem ser comparados com a receita líquida ou com o resultado operacional.

Essa relação contribui para uma avaliação mais consistente do comprometimento empresarial, uma vez que valores absolutos elevados não representam necessariamente maior responsabilidade social (IBASE, 2008). Empresas de grande porte podem apresentar investimentos expressivos em termos monetários, mas proporcionalmente reduzidos em relação à sua capacidade econômica. Em contrapartida, organizações menores podem demonstrar comprometimento proporcionalmente superior.

Entretanto, a utilização de indicadores proporcionais também apresenta limitações. Alterações na receita, no lucro ou na folha de pagamento podem modificar os percentuais sem que ocorram mudanças equivalentes nos investimentos sociais.

Outra questão importante refere-se à composição dos indicadores. No Modelo IBASE, determinados valores apresentados como

indicadores sociais correspondem a obrigações legais, como encargos trabalhistas e tributos (IBASE, 2008). Portanto, a análise deve distinguir os desembolsos obrigatórios dos investimentos voluntários, evitando interpretar todo valor divulgado como uma contribuição social adicional.

Apesar de suas contribuições, o Modelo IBASE apresenta limitações diante das exigências contemporâneas de sustentabilidade corporativa. Sua estrutura enfatiza predominantemente os recursos investidos, enquanto os modelos mais recentes também buscam evidenciar riscos, impactos, resultados, metas e mecanismos de governança.

Dessa maneira, o Modelo IBASE permanece relevante como instrumento de análise histórica, especialmente em estudos comparativos e longitudinais, mas pode ser complementado por padrões de divulgação mais abrangentes.

2.4. Responsabilidade Social e Sustentabilidade no Setor de Energia Elétrica Brasileiro

O setor de energia elétrica brasileiro desempenha papel estratégico no desenvolvimento econômico e social, pois o fornecimento de energia constitui condição fundamental para o funcionamento das atividades industriais, comerciais, agrícolas, educacionais e dos serviços públicos. Segundo Castro (2009) a estrutura do setor compreende atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização, que apresentam características operacionais, econômicas e ambientais distintas.

No Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) exerce funções de regulação e fiscalização do setor, estabelecendo

diretrizes relacionadas à qualidade dos serviços, aos direitos dos consumidores e ao desempenho dos agentes regulados (ANEEL, 2021). A responsabilidade social nesse segmento assume características específicas, uma vez que os impactos empresariais ultrapassam os limites das organizações e alcançam diretamente as condições de vida da população. Segundo Tolmasquim (2011) entre os aspectos relevantes estão a universalização do acesso à energia, a segurança e a continuidade do fornecimento, a eficiência energética, a preservação ambiental, a gestão de resíduos, as relações com comunidades afetadas e a proteção dos trabalhadores.

A ANEEL reconhece a sustentabilidade como uma dimensão relevante para o desenvolvimento do setor, destacando a ampliação do acesso à energia, o incentivo às fontes alternativas e o combate ao desperdício. No contexto energético recente, o Balanço Energético Nacional 2026, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apresenta informações referentes ao ano-base de 2025. Segundo a publicação, a oferta interna de energia elétrica cresceu 2,7% em relação a 2024, evidenciando a importância da expansão e da modernização da infraestrutura energética nacional.

A crescente participação de fontes renováveis e o desenvolvimento de tecnologias energéticas representam oportunidades para a sustentabilidade, mas não eliminam os impactos sociais e ambientais associados à expansão do setor (Castro, 2009). Empreendimentos hidrelétricos, eólicos, solares e de transmissão, por exemplo, podem envolver alterações territoriais, impactos sobre ecossistemas, mudanças nas atividades econômicas locais e demandas relacionadas ao diálogo com as comunidades.

Por esse motivo, a responsabilidade social das empresas de energia elétrica deve incorporar uma perspectiva de longo prazo, considerando os efeitos das decisões de investimento sobre o desenvolvimento regional e a qualidade de vida da população. A análise da responsabilidade social no setor também exige distinguir iniciativas voluntárias de obrigações regulatórias. Programas de eficiência energética, investimentos obrigatórios, compensações ambientais e ações comunitárias possuem naturezas diferentes e devem ser classificados adequadamente.

2.5. Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade e Atualizações Normativas Até 2026

A evolução da contabilidade social e ambiental está relacionada ao desenvolvimento de padrões internacionais de divulgação, que procuram ampliar a qualidade, a consistência e a comparabilidade das informações relacionadas à sustentabilidade. Entre as principais referências estão os padrões da Global Reporting Initiative (GRI) e as normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB).

A IFRS S1 trata da divulgação de informações financeiras relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade. A IFRS S2 concentra-se nas divulgações relacionadas ao clima. Esses padrões apresentam enfoque distinto do Modelo IBASE, pois procuram estabelecer conexões entre fatores de sustentabilidade, perspectivas financeiras, riscos, oportunidades e processos de governança.

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM nº 193/2023, posteriormente alterada. É importante destacar uma atualização normativa relevante: a Resolução CVM nº

244, de 29 de maio de 2026, retirou a obrigatoriedade geral anteriormente prevista de adoção dos padrões de sustentabilidade para companhias abertas, mantendo um regime de adoção voluntária sujeito às condições regulamentares. Essa alteração demonstra que o processo de institucionalização da divulgação de informações de sustentabilidade permanece sujeito a mudanças regulatórias e debates sobre custos, benefícios, transparência e comparabilidade.

No setor elétrico, contudo, as exigências específicas da ANEEL devem ser analisadas separadamente das disposições aplicáveis às companhias abertas no âmbito da CVM. A evolução normativa também reforça a necessidade de diferenciar o balanço social tradicional dos relatórios contemporâneos de sustentabilidade.

Enquanto o primeiro enfatiza indicadores sociais, ambientais e econômicos apresentados de maneira padronizada, os relatórios contemporâneos podem incorporar avaliações de riscos climáticos, estratégias de descarbonização, governança, metas de sustentabilidade e informações sobre impactos organizacionais.

Nesse contexto, o Modelo IBASE pode contribuir para a análise histórica dos investimentos sociais e ambientais, enquanto os padrões mais recentes oferecem instrumentos complementares para avaliar riscos, resultados e estratégias.

3. METODOLOGIA

A pesquisa científica é entendida como um conjunto de processos sistemáticos e empíricos utilizado para o estudo de um fenômeno; é dinâmica, mutável e evolutiva (SAMPIERI, et. al, 2010). A pesquisa

pode ser dividida quanto a abordagem, a natureza, os objetivos e os procedimentos.

Para que os objetivos desta pesquisa sejam alcançados esta pesquisa será de caráter descritivo, pois os dados serão descritos e farão correlação com o levantamento bibliográfico. Gil (2010) diz que este tipo de pesquisa observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador.

Segundo Flick (2009) a pesquisa descritiva é usada para descrever fenômenos existentes, situações presentes e eventos, identificar problemas e justificar condições, comparar e avaliar, visando aclarar situações para futuros planos e decisões.

Quanto a natureza, essa pesquisa é considerada de natureza aplicada, pois além do conhecimento obtido nesta pesquisa, a mesma se aplica de forma prática vindo a intervir no mundo real. Marconi e Lakatos (2023, p. 19), relatam que nas pesquisas de natureza aplicada “como o próprio nome indica, caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”. Ainda para Gil (2010, p. 47), “A pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos, ou não. Tem, portanto, finalidade prática [...]”.

Com relação à abordagem do problema esta pesquisa será de caráter qualitativo, pois a resposta do problema será construída a partir da interpretação de textos e números, sendo o pesquisador

responsável pelas conclusões. Flick (2009, p. 206) a pesquisa qualitativa:

> *Mostra uma abordagem diferente da investigação acadêmica do que aquela dos métodos da pesquisa quantitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação. Na verdade, as estratégias de investigação escolhidas em um projeto qualitativo têm uma enorme influência sobre os procedimentos, que mesmo nas estratégias não são nada uniformes.*

Desta forma, ao ver de Gil (2010) para se delimitar as metodologias utilizadas em uma pesquisa é necessário saber se serão utilizados dados qualitativos ou quantitativos para melhor aplicabilidade da metodologia.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa se enquadra como documental, devido a utilização das demonstrações contábeis publicadas pelas distribuidoras de energia, sendo assim as principais fontes de informação. Segundo Gil (2010) a pesquisa documental é realizada com base na documentação direta ou indireta que são oriundos de publicações oficiais ou privadas encontradas nos arquivos de uma ou várias fontes.

A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos,

conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Marconi e Lakatos, 2023).

Com relação a coleta de dados aconteceu no site das concessionárias de distribuição de Energia Elétrica do sul do Brasil, em maio de 2026 e foram extraídas informação do Balanço social dos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados através das demonstrações contábeis, cujo sejam: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Social, publicados pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, CELESC e CEEE através de seus portais.

Para o tratamento e a análise dos dados coletados foi realizado a tabulação em planilhas eletrônicas do aplicativo Excel, agrupando os dados em diferentes categorias e facilitando a análise dos mesmos. Por fim, após análise, os dados foram representados através de gráficos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Investimentos em Programas Ambientais

Neste quesito a COPEL tem como compromisso reduzir os impactos ambientais causados por suas obras e operações. A companhia realiza todas as etapas de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes, atendendo as legislações em vigor. Há uma equipe de engenheiros e profissionais da área socioambiental que estudam os projetos desde sua concepção, afim de minimizar os impactos negativos.

Além disso, a COPEL executa programas ambientais de reposição florestal, preservação de encostas de áreas de solos frágeis e de nascentes, resgate de fauna e flora, entre outros. Suas ações também são voltadas a melhoria ambiental das cidades através do programa Florestas Urbanas. Este projeto iniciou-se em 2007 e tem por objetivo apoiar as prefeituras no planejamento de arborização das vias públicas. Segundo COPEL (2025) a iniciativa tem como destaque a produção própria de mudas nos hortos florestais da Copel. Com isso, além do atendimento de municípios interessados, é feito o atendimento de medidas compensatórias. Já foram plantadas mais de 40 mil mudas na arborização de ruas.

As ações ambientais aplicadas pela companhia atendem tanto os usuários internos como os externos. Na organização, os empregados contam com treinamentos em programas de educação ambiental que no ano de 2021 atendeu 313 colaboradores, atingindo 5,16% do quadro de funcionários da entidade. No ano de 2022 o programa atendeu 381 colaboradores e 6,31% do total dos funcionários, em 2023 foram 409 colaboradores participantes e 6,79% do total de funcionários. O ano de 2024 teve o maior número de participantes contando com 441 colaboradores e 7,67% do total de funcionários, já o ano de 2025 foi na contramão e teve uma queda significativa no número de participantes, sendo que participaram apenas 164 colaboradores e 3,06% do quadro de funcionários da companhia.

Notamos que a companhia entendeu que não são apenas as ações externas que contribuem para o meio ambiente, a conscientização dos colaboradores é de grande valia, pois as ações tomadas pela empresa partem de seus funcionários e por meio deste programa de conscientização ambiental as ações serão tomadas sempre buscando minimizar os impactos negativos.

No cenário ambiental externo a companhia age de diversas maneiras, porém as ações principais estão voltadas para a recuperação de áreas degradadas e a geração e tratamentos de resíduos. Para a primeira ação citada a companhia conta com um programa de rede protegida isolada (rede ecológica verde) na área urbana que em 2021 possuía a extensão de 15.314 km. Em 2022 a extensão de rede protegida aumentou para 18.283 km, em 2023 o programa seguiu em crescente com extensão de 20.265 km. 2024 e 2025 não foram diferentes, sendo a extensão no ano de 2024 de 21.738 km e 2025 23.136 km. Nota-se que a extensão segue em constante crescente e nos anos de estudo desta pesquisa houve um aumento de 26,54 % do ano de 2021 para 2025.

O programa de geração e tratamento de resíduos é responsável por definir as metas de redução de emissão de gases causadores de efeito estufa. O volume anual de gases do efeito estufa (CO2, CH4, N2O, HFC, PFC, SF6) emitidos na atmosfera (em toneladas de CO2 equivalentes) pela companhia em 2021 foi 436.503. Em 2022 o volume reduziu para 387.055 e em 2023 o programa segue sendo efetivo reduzindo o volume para 264.674. Em 2024 houve um aumento no volume emitido resultando em 316.296, porém em 2025 o volume volta a reduzir finalizando em 244.660. Assim, mesmo com o leve aumento ocorrido em 2024 o programa conseguiu reduzir quase pela metade a emissão de gases, sendo 43,95% de redução do ano de 2021 para 2025.

Por fim, através do Balanço Social divulgado anualmente pela companhia, podemos identificar o total de investimentos realizados em programas ambientais e verificar qual a representatividade do programa sobre a receita liquida da companhia. Em 2021 a companhia investiu R$ 253.865.000,00 representando 3,04% da

receita liquida. Em 2022 o investimento aumentou para R$ 308.022.000,00 representando 3,14% da receita liquida. Em 2023 o investimento reduziu para R$ 215.916.000,00 com representação de 2,59% sobre a receita liquida. Em 2024 o investimento segue em redução totalizando R$ 182.373.000,00 representando 1,95 % da receita liquida. Em 2025 os investimentos no programa voltam a aumentar finalizando com R$ 261.029.000,00 com representação de 2,62% sobre a receita liquida.

A CEEE, atua na preservação do meio ambiente, adotando medidas para verificação de incidentes ambientais e cumprindo ações que objetivam diminuir esses impactos. Segundo a CEEE (2025), a empresa se destaca por adotar um modelo de construção de redes de transmissão e distribuição de energia com postes de madeira reflorestada, além de produzir postes de madeira utilizados pela eletrificação em escala economicamente autossuficiente.

A CEEE investe em recuperação de áreas degradadas, onde produz mudas nativas e de eucaliptos, que posteriormente são distribuídas em eventos ambientais patrocinados pela empresa. Também recolhe e estoca sucata de materiais insersíveis para serem vendidos em leilões, além de participar de diversos outros programas referentes a preservação de animais e conscientização sobre o meio ambiente.

A Companhia não apresenta emissões atmosféricas significativas em seus processos, sua maior fonte decorre de sua frota de veículos movidos a diesel. Os mesmos são frequentemente revisados quanto a emissão de fumaça preta. Outra fonte, são os pequenos vazamentos de gás hexafluoreto de enxofre, em função de avarias em equipamentos elétricos. A empresa realiza leilões de resíduos

secos Classe II, que são os resíduos não perigosos e sucatas de papel para reciclagem. Esses valores foram expressos pela empresa em toneladas, de acordo com a mesma em 2021 foram 16,6 toneladas, em 2022 14,9; em 2023 um total de 17,19; em 2024 foram 18,9 toneladas e em 2025 21,83 toneladas.

Os resíduos de Classe I, que são os resíduos perigosos como as lâmpadas fluorescentes e materiais contaminados com óleo, são descartados por empresas especializadas em descarte, específicas para cada tipo de resíduo e devidamente licenciadas pelos Órgãos Ambientais. Esses valores também foram expressos em toneladas, sendo em 2021 46,56; em 2022 foram 45,6; em 2023 foram 62,58 toneladas, em 2024 não houve descartes, em 2025 foram 0,004.

Já em relação a fauna, a empresa promove ações para preservação, já que são grandes os riscos de acidentes com animais, que entram em contato com os cabos condutores de energia causando ferimentos ou óbitos desses animais, devido as descargas elétricas. A empresa utiliza redes compactas e isoladas, e ainda, modifica suas estruturas, utilizando postes mais altos e cruzetas maiores para evitar choques elétricos. Mesmo com essas ações de controle de incidentes a empresa registrou a partir de 2023 desligamentos causados pela interação da fauna, foram 3.523 desligamentos em 2023, 4.097 em 2024 e 4.247 em 2025.

Há também os riscos causados pelo contato de arvores com os cabos elétricos que resultam em curto circuito. Para evitar esses riscos a empresa se propõe a realizar podas preventivas e corretivas nas áreas urbanas e podas e supressões na área rural. Para as áreas de maior sensibilidade ambiental, como Parques, Reservas, a CEEE adota a implantação ou substituição por redes

compactas, reduzindo assim a necessidade de intervenções na vegetação. Através do Balanço social a empresa demonstra quanto investiu com as podas realizadas. No ano de 2021 esse investimento foi de R$6.131.000,00, já no ano de 2022 esse valor subiu para R$9.285.000.00, subiu novamente em 2023 para R$9.334.000,00, teve um declínio em 2024 resultando em um valor de R$5.494.000,00, e por fim em 2025 investiu um total de R$6.033.000,00.

Em relação aos funcionários, a CEEE incorpora em seus principais treinamentos pautas sobre gestão de resíduos procedimentos para atuação de emergências, conhecimento sobre legislações ambiental, preservação da fauna, etc. Em 2021 cada funcionário recebeu 40 horas de treinamento referente ao meio ambiente, em 2022 e 2023 foram 52 horas, em 2024 não houve treinamentos e em 2025 foram em média 13,74 horas.

Assim, podemos calcular o total e a representatividade dos investimentos promovidos pela CEEE nos programas ambientais. Em 2021 foi investido R$8.006.000,00 representando 0,28% da receita líquida. Já no ano de 2022 houve um aumento do investimento para R$11.241.000,00, com representatividade de 0,33% da receita líquida. Novamente em 2023 a empresa ampliou seus investimentos nos programas ambientais para R$14.297.000,00, representando um total de 0,52% da receita líquida. Em 2024 seguindo em constante aumento a empresa investiu R$17.521.000,00 com representatividade de 0,57% da receita líquida. Por fim em 2025 houve uma redução de investimento, totalizando um valor de R$12.649.000,00 representando 0,38% da receita líquida.

A CELESC, busca desde a implantação dos seus empreendimentos, realizar estudos ambientais que destaquem os impactos ambientais,

sociais e econômicos que os mesmos irão gerar. Assim busca optar por terrenos que possuam o menor impacto possível em áreas protegidas ou de alto valor para a biodiversidade, além de estudar medidas para o tratamento de impactos negativos ocasionados durante a implantação de linhas e subestações.

Segundo a CELESC (2025) o número de programas ambientais varia conforme as características de cada empreendimento, de acordo com porte e cobertura. O controle desses programas é realizado por uma equipe especifica que verifica a conformidade dos empreendimentos diante das licenças ambientais concedidas.

O Gerenciamento de Resíduos Sólidos da empresa visa desde o gerenciamento das etapas de geração até a destinação final ambientalmente adequada desses resíduos, que no caso são retirados por empresas responsáveis de cada município. Através desse gerenciamento são elaboradas fichas de controle e relatórios de não conformidade.

Os resíduos reciclados e os rejeitos gerados pela empresa simbolizam um volume pequeno. O principal resíduo perigoso gerado provém da manutenção das máquinas e equipamentos, compostos principalmente de óleos e estopas contaminadas com o óleo. Em 2021, a empresa produziu em torno de 0,63 toneladas que foram recicladas e 6,25 toneladas que foram reutilizadas. Em 2022 foram 1940 kg reciclados e cerca de 289,02 toneladas foram incineradas. Já em 2023 a empresa reutilizou 2,15 toneladas de resíduos e 41,49 toneladas foram incineradas, além de 6,353 toneladas que foram para reciclagem. Em 2024 foram 723,81 toneladas recicladas, 14,34 reutilizadas e 1,30 toneladas incineradas.

Por fim no ano de 2025 foram recicladas 21,7 toneladas de resíduos e 800 toneladas para reutilização.

A CELESC através do Inventario de Emissão de Gases de Efeito Estufa procura demonstrar sua preocupação com as mudanças climáticas e os impactos causados por sua atividade. Os dados publicados pela empresa mostram as emissões totais, sendo em 2021 231.797, em 2022 231.796,90, reduzindo em 2023 para 195.160,93. Nos anos de 2024 e 2025 não foram publicados os dados referente a este quesito.

O total dos investimentos promovidos e a representatividade foram analisados através dos dados contidos no Balanço Social publicado pela empresa. Em 2021 a CELESC investiu R$218.447.000,00, com representatividade de 3,50%. Em 2022 houve um aumento desse investimento para R$249.401.000,00 representando 14,17%. Já em 2023 o total de investimentos retroage para R$246.882.000,00 representando 13,02%. No ano de 2024 os investimentos feitos pela empresa voltam a recuar para um total de R$202.179.000,00 com representatividade de 2,85%. No ano de 2025 a empresa investiu R$161.455.000,00 com representatividade de 2,11%.

A análise dos indicadores ambientais das companhias COPEL, CEEE e CELESC, no período de 2021 a 2025, evidencia diferenças significativas quanto ao volume de recursos destinados à preservação ambiental, à continuidade dos investimentos e à representatividade desses valores em relação à receita líquida. Essas diferenças permitem discutir não apenas o comprometimento financeiro das organizações, mas também a efetividade de suas estratégias de responsabilidade socioambiental.

Conforme os dados apresentados, a COPEL demonstrou oscilações em seus investimentos ambientais, passando de R$ 253,865 milhões, em 2021, para R$ 261,029 milhões, em 2025, representando um crescimento nominal aproximado de 2,82%. Entretanto, quando analisada a participação desses investimentos na receita líquida, observa-se uma redução de 3,04% para 2,62%. Esse comportamento indica que, embora os recursos aplicados tenham apresentado pequeno crescimento em valores absolutos, sua importância relativa na estrutura econômica da companhia diminuiu.

A CEEE apresentou comportamento distinto, ampliando seus investimentos ambientais de R$ 8,006 milhões, em 2021, para R$ 12,649 milhões, em 2025, crescimento nominal de aproximadamente 58%. A representatividade sobre a receita líquida também aumentou, passando de 0,28% para 0,38%. Apesar dessa evolução, a companhia permaneceu com os menores percentuais de investimentos ambientais entre as três empresas analisadas.

Por sua vez, a CELESC apresentou redução expressiva dos investimentos ambientais, que passaram de R$ 218,447 milhões, em 2021, para R$ 161,455 milhões, em 2025, correspondendo a uma diminuição nominal aproximada de 26,09%. A representatividade também recuou de 3,50% para 2,11%, indicando redução da participação dos investimentos ambientais na receita líquida.

Sob uma perspectiva crítica, os resultados demonstram que o crescimento dos investimentos ambientais não deve ser interpretado isoladamente como evidência de maior responsabilidade socioambiental. É necessário considerar a dimensão operacional das companhias, os impactos ambientais

associados às suas atividades, a natureza dos investimentos e os resultados efetivamente alcançados.

Nesse sentido, destaca-se que a COPEL apresentou redução das emissões de gases de efeito estufa de aproximadamente 43,95% entre 2021 e 2025, resultado que sugere avanços em seu desempenho ambiental. Contudo, a participação dos empregados em programas de educação ambiental caiu de 441 participantes, em 2024, para 164, em 2025, revelando uma possível fragilidade na continuidade das ações de conscientização interna.

Na CEEE, observa-se aumento dos desligamentos relacionados à interação da fauna com as redes elétricas, passando de 3.523 ocorrências, em 2023, para 4.247, em 2025, crescimento de aproximadamente 20,55%. Esse resultado evidencia que a existência de programas ambientais não garante, necessariamente, a redução dos impactos associados às operações.

Quanto à CELESC, a ausência de informações sobre emissões de gases de efeito estufa em 2024 e 2025, conforme relatado no documento, representa uma limitação relevante para a avaliação da evolução ambiental. A transparência e a continuidade da divulgação dos indicadores são fundamentais para que os usuários das informações possam acompanhar o desempenho das organizações.

Portanto, a comparação demonstra que o desempenho ambiental deve ser avaliado por meio da associação entre investimentos realizados, indicadores operacionais e resultados ambientais, evitando conclusões fundamentadas exclusivamente no volume financeiro aplicado.

4.2. Investimentos Quanto a Cidadania Empresarial

De acordo com Melo Neto e Fróes (1999, p.98), a cidadania empresarial é um novo conceito decorrente de um movimento social internalizado por diversas empresas e que tem por objetivo conferir uma nova imagem empresarial àquelas empresas que se convertem em tradicionais investidoras de projetos sociais e com isso conseguem obter seus diferenciais competitivos.

Toda entidade, independente do seu porte ou ramo está ligada de alguma forma a serviços prestados para a sociedade, fazendo com que o foco da empresa não seja apenas nos resultados financeiros e sim em resultados que beneficiem todo um ecossistema. Assim surge o conceito de cidadania empresarial, sendo um conjunto de princípios e sistemas de gestão que visam a criação ou preservação de valor para a sociedade, acionistas, clientes, colaboradores, governos, etc., impactando positivamente nos resultados da empresa a longo prazo.

As informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial apurados pelas companhias estudadas nesta pesquisa são coletadas sobre a relação entre a maior e a menor remuneração na empresa, número total de acidentes de trabalho, número total de reclamações e críticas de consumidores e a porcentagem de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas.

No primeiro quesito, onde são apurados a relação entre a maior e a menor remuneração na empresa, a COPEL nos anos de 2021 e 2022 apurou que a maior diferença entre as remunerações foi de 16 vezes. Nos anos de 2023 e 2024 a diferença aumenta para 17 vezes e em 2025 a diferença sobe para 18 vezes.

A CEEE apurou no ano de 2021 que a diferença entre a maior e menor remuneração foi de 27,49 vezes, no ano de 2022 há uma redução irrelevante totalizando a diferença em 27,46 vezes. Em 2023 o valor segue reduzindo e totaliza a diferença de 24,72 vezes, já em 2024 esse valor reduz de forma relevante onde foi apurado a menor diferença entre as companhias estudadas sendo de 13,86 vezes. Por fim a diferença apurada em 2025 foi de 24,10 vezes.

Nesta questão a CELESC apurou que nos anos de 2021 e 2022 a diferença entre a maior e a menor remuneração foi de 27,10 vezes. Em 2023 a diferença sobe para 30 vezes e em 2024 a diferença reduz para 29 vezes. Já em 2025 foi apurado a diferença de 39,9 vezes, sendo essa a maior diferença entre as companhias estudadas.

Em relação ao número total de acidentes de trabalho a COPEL em 2021 registrou 187 acidentes, em 2022 foram registrados 157. O ano de 2023 foi o que apresentou o menor número dentre os anos estudados, sendo 99 acidentes, em 2024 foram 101 acidentes e em 2025 foi o ano que registrou o maior número dentre os anos estudados, sendo 220 acidentes.

Neste aspecto, a CEEE registrou 21 acidentes no ano de 2021, em 2022 foram registrados 31 acidentes, sendo esse o ano com maior número. O ano de 2023 registrou o menor número, sendo apenas 9 casos de acidentes de trabalho. Em 2024 o número subiu para 21 acidentes e em 2025 foram 15 acidentes registrados.

A CELESC em 2021 registrou 80 acidentes de trabalho, sendo o menor número dentre os anos estudados. Em 2022 foram registrados 109 acidentes e em 2023 foram 111 registros. Em 2024 a

companhia atingiu o maior número com 114 registros e em 2025 foram 102 acidentes registrados.

Por fim, são apresentados os dados em relação as reclamações e críticas dos consumidores e a porcentagem de ocorrências atendidas ou solucionadas. A COPEL registrou no ano de 2021 37.288 reclamações e solucionou 71,53 % dos casos. No ano de 2022 foram 35.016 registros de reclamações e 72,4% solucionados. Em 2023 foram 37.075 reclamações e 71,76% atendidas. Os números registrados em 2024 foram 47.808 sendo 74,63% solucionados e em 2025 as ocorrências registradas foram 44.898 e 73,8% solucionadas ou atendidas.

A CEEE no ano de 2021 registrou 43.280 ocorrências e solucionou 100%. Nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 a companhia publicou em seu Balanço Social o número de 47.435 ocorrências, sendo 100% solucionadas ou atendidas.

Neste quesito, a CELESC no ano de 2021 registrou 914.098 reclamações e solucionou 33,33% dos casos. Em 2022 foram registrados 1.297.919 casos e 33,51% solucionados. Em 2023 foram 1.343.861 e 33,37% dos casos solucionados. Em 2024 foram 1.464.691 casos de reclamações e 33,33% solucionados. No ano de 2025 foram registrados 1.392.575 reclamações ou críticas e 66,7% dos casos solucionados.

A cidadania empresarial constitui uma dimensão importante da responsabilidade social corporativa, pois envolve as relações das organizações com seus empregados, consumidores e demais partes interessadas. Nesse contexto, os indicadores de desigualdade remuneratória, acidentes de trabalho e atendimento às reclamações

permitem avaliar aspectos relevantes da atuação social das companhias.

Em relação à diferença entre a maior e a menor remuneração, a COPEL apresentou crescimento de 16 vezes, em 2021, para 18 vezes, em 2025. A CEEE registrou redução de 27,49 para 24,10 vezes, enquanto a CELESC apresentou aumento de 27,10 para 39,90 vezes.

Esses resultados evidenciam situações distintas. A COPEL manteve a menor desigualdade remuneratória em 2025, enquanto a CELESC apresentou a maior distância entre as remunerações extremas.

Do ponto de vista crítico, a ampliação da diferença remuneratória pode suscitar questionamentos sobre as políticas de valorização profissional e distribuição interna dos recursos. Entretanto, esse indicador não permite avaliar sozinho a justiça salarial, pois não considera a composição dos cargos, as responsabilidades profissionais ou a distribuição das remunerações entre todos os empregados.

No que se refere aos acidentes de trabalho, a COPEL apresentou crescimento de aproximadamente 17,65% entre 2021 e 2025, passando de 187 para 220 ocorrências. Esse resultado merece atenção, especialmente porque o setor elétrico apresenta riscos ocupacionais que exigem investimentos permanentes em prevenção, capacitação e segurança.

A CEEE apresentou redução de 21 para 15 acidentes no mesmo período, enquanto a CELESC registrou aumento de 80 para 102 ocorrências. Entretanto, a comparação direta dos números absolutos possui limitações, uma vez que as companhias podem apresentar

diferenças significativas quanto ao número de trabalhadores, à terceirização e à exposição aos riscos operacionais.

Assim, seria metodologicamente mais adequado utilizar indicadores proporcionais, como a taxa de frequência de acidentes por milhão de horas trabalhadas.

Em relação ao atendimento aos consumidores, a CEEE apresentou percentual de 100% de reclamações atendidas ou solucionadas em todos os anos analisados. Entretanto, a repetição exata do número de 47.435 ocorrências entre 2022 e 2025 exige verificação das informações originais, pois pode indicar repetição de dados ou diferenças nos critérios de divulgação.

A CELESC, por sua vez, apresentou elevado número de reclamações, mas demonstrou melhoria no percentual informado de solução, passando de 33,33%, em 2021, para 66,7%, em 2025. Esse crescimento pode indicar avanços na gestão do relacionamento com os consumidores, embora o percentual ainda revele espaço para aperfeiçoamento.

A COPEL apresentou relativa estabilidade nos percentuais de atendimento, mantendo resultados próximos de 70% ao longo do período. A análise crítica desses indicadores evidencia que a responsabilidade social empresarial não pode ser limitada aos investimentos financeiros. Ela deve abranger também a qualidade das relações trabalhistas, a prevenção de acidentes, a equidade remuneratória e a capacidade de solucionar problemas apresentados pelos consumidores.

4.3. Representatividade dos Investimentos na Área Social

Os investimentos que as companhias destinam para a área social, são publicados nos Balanços Sociais através dos indicadores internos e externos. Em 2021 a COPEL investiu em indicadores internos R$ 908.837.000,00 com representativa de 10,9% sobre a receita liquida. Em 2022 houve um aumento nos investimentos, totalizando R$ 1.014.156.000,00, porém em relação a representatividade, houve uma redução para 10,6% sobre a receita liquida. Em 2023 os investimentos seguem em crescente totalizando R$ 1.128.886.000,00 com representatividade de 13,5% sobre a receita liquida e em 2024 foram investidos R$ 1.132.637.000,00 com representatividade de 12,9% sobre a receita liquida. Por fim, em 2025 os números seguem aumentando sendo investidos R$ 1.133.617.000 com representatividade de 11,4% sobre a receita liquida.

A CEEE no ano de 2021 investiu em indicadores internos R$ 176.776.000,00 com representatividade de 6% sobre a receita liquida. Em 2022 o total investido foi bem próximo ao anterior, sendo R$ 176.800.000,00, porém a representatividade recuou para 5% sobre a receita liquida. Em 2023 o investimento reduziu, totalizando R$ 170.671.000,00 com representatividade de 6% sobre a receita liquida. Em 2024 houve um aumento expressivo nos investimentos, totalizando R$ 209.832.000,00 com representatividade de 7% sobre a receita liquida e em 2025 os investimentos seguem crescendo, totalizando R$ 236.886.000,00 representando 7% da receita liquida.

A CELESC investiu em indicadores internos no ano de 2021 R$ 267.681.000,00 com representatividade de 4,29% sobre a receita liquida. Em 2022 houve uma redução nos investimentos, totalizando R$ 244.692.000,00 representando 3,56% da receita liquida. Em 2023 os investimentos voltam a crescer, totalizando R$ 251.817.000,00 com representatividade de 4,21% sobre a receita liquida. Em 2024 o total

investido foi R$ 283.961.000,00 com representatividade de 4,09% sobre a receita liquida. Em 2025 os investimentos seguem em crescente, totalizando R$ 287.663.000,00, porém há uma redução na representatividade, sendo 3,75% sobre a receita liquida.

Já em relação aos indicadores externos a COPEL no ano de 2021 investiu R$ 3.459.461.000,00 com representatividade de 41,4% sobre a receita liquida. Em 2022 os investimentos nestes indicadores mais que dobraram, totalizando R$ 8.739.819.000,00 com representatividade de 91,2% sobre a receita liquida. Em 2023 os investimentos reduzem, totalizando R$ 7.104.895.000,00 com representatividade de 85,1% sobre a receita liquida e em 2024 o total investido segue decrescendo, totalizando R$ 6.472.971.000,00 com representatividade de 69,2% sobre a receita liquida. No ano de 2025 os investimentos voltam a crescer, totalizando R$ 7.731.799.000,00 com representatividade de 77,5% sobre a receita liquida.

A CEEE investiu em indicadores externos no ano de 2021 R$ 797.157.000,00 com representatividade de 24% sobre a receita liquida. Em 2022 há um aumento significante nos investimentos, totalizando R$ 1.239.324.000,00 com representatividade de 37% sobre a receita liquida. Em 2023 os investimentos seguem crescendo, totalizando R$ 1.417.843.000,00 representando 51% da receita liquida e em 2024 foram investidos R$ 1.539.578.000,00 com representatividade de 50% sobre a receita liquida. Não diferente dos anos anteriores, em 2025 os investimentos aumentam, totalizando R$ 1.910.119.000,00 com representatividade de 57% sobre a receita liquida.

A CELESC investiu em indicadores externos no ano de 2021 R$ 2.679.183.000,00 com representatividade de 42,89% sobre a receita

liquida. Em 2022 o valor investido foi de R$ 3.824.649.000,00 com representatividade de 55,71% sobre a receita liquida. Em 2023 os investimentos diminuem, totalizando R$ 2.874.326.000,00 representando 48,02% da receita liquida e em 2024 os investimentos nesta área voltam a crescer, totalizando R$ 3.048.096.000,00 com representatividade de 43,87% sobre a receita liquida. Por fim, o valor investido em 2025 foi de R$ 3.499.319.000,00 com representatividade de 45,66% sobre a receita liquida.

Os investimentos sociais internos e externos representam importantes instrumentos de evidenciação da responsabilidade social corporativa, especialmente quando analisados por meio do Balanço Social. Os indicadores sociais internos permitem examinar os recursos direcionados aos trabalhadores, enquanto os indicadores externos demonstram valores destinados às ações e obrigações classificadas nessa categoria pelas companhias.

Em relação aos investimentos sociais internos, a COPEL apresentou crescimento nominal de aproximadamente 24,73% entre 2021 e 2025, passando de R$ 908,837 milhões para R$ 1,133 bilhão. Entretanto, a representatividade sobre a receita líquida apresentou variações, passando de 10,9% para 11,4%.

A CEEE registrou crescimento de aproximadamente 34% em seus investimentos sociais internos, passando de R$ 176,776 milhões para R$ 236,886 milhões. A participação sobre a receita líquida aumentou de 6% para 7%. A CELESC também ampliou seus investimentos em valores absolutos, passando de R$ 267,681 milhões para R$ 287,663 milhões, crescimento de aproximadamente 7,46%. Contudo, a representatividade sobre a receita líquida diminuiu de 4,29% para 3,75%.

Esses resultados indicam que a COPEL apresentou maior comprometimento financeiro relativo com os indicadores sociais internos em 2025, seguida pela CEEE e pela CELESC. Entretanto, a avaliação crítica exige observar que os investimentos internos não devem ser analisados apenas pela sua representatividade financeira. É necessário verificar quais benefícios são efetivamente proporcionados aos trabalhadores e de que maneira contribuem para a melhoria das condições de trabalho, da segurança, da capacitação e da qualidade de vida.

Quanto aos investimentos sociais externos, as três companhias apresentaram crescimento nominal entre 2021 e 2025, embora com intensidades distintas. A COPEL passou de R$ 3,459 bilhões para R$ 7,732 bilhões, representando crescimento aproximado de 123,49%. A CEEE ampliou seus investimentos de R$ 797,157 milhões para R$ 1,910 bilhão, crescimento de aproximadamente 139,62%. Já a CELESC apresentou evolução de R$ 2,679 bilhões para R$ 3,499 bilhões, correspondendo a aproximadamente 30,61%.

Os dados evidenciam maior representatividade dos indicadores sociais externos em comparação aos internos nas três companhias. Contudo, essa constatação exige uma interpretação cuidadosa. No modelo IBASE, os indicadores sociais externos podem incluir tributos, além de contribuições e investimentos sociais. Portanto, percentuais elevados não representam necessariamente aplicação voluntária de recursos em projetos sociais.

Essa distinção é fundamental, pois o pagamento de tributos constitui uma obrigação legal, enquanto os investimentos sociais voluntários decorrem de decisões estratégicas da organização. A ausência dessa separação pode conduzir a interpretações

superestimadas do comprometimento social empresarial. Assim, para uma avaliação mais consistente, recomenda-se desagregar os indicadores sociais externos, identificando os recursos destinados à educação, cultura, saúde, desenvolvimento comunitário e demais ações sociais, separadamente das obrigações tributárias.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisamos como as empresas do setor de distribuição de energia elétrica realizam investimentos na área social e ambiental. Foram analisadas três empresas do setor e todas publicam os dados referentes aos investimentos socioambientais através do Balanço Social.

Observamos que o Balanço Social surge como uma ferramenta para que as empresas possam apresentar seus investimentos e para que a sociedade tome conhecimento das ações e da preocupação das distribuidoras quanto a responsabilidade socioambiental. Conforme a CFC (2004), Resolução n° 1.003/04 que aprova a NBCT 15, nenhuma empresa ou entidade está obrigada a elaborar ou publicar informações de natureza social ou ambiental no Brasil, porém notamos que as entidades analisadas optam pela divulgação destas informações seguindo as regras estabelecidas pela Resolução n° 1.003/04 e o modelo IBASE. Nota-se também que as entidades estão compreendendo que as publicações das informações socioambientais são tão importantes quanto os resultados econômicos.

Mediante os Balanço Sociais estudados, coletamos dados sobre os indicadores ambientais, indicadores internos, indicadores externos e cidadania empresarial. Em relação aos indicadores ambientais a

distribuidora que mais investiu nesta área foi a COPEL totalizando entre o período analisado R$ 1.221.205.000,00, porém a CELESC foi a que apresentou maior representatividade sobre a receita liquida somando 3,17%.

No tocante aos indicadores internos, a COPEL novamente foi a distribuidora que mais investiu na área totalizando R$ 5.318.133.000,00 e se manteve à frente também na representatividade somando 11,61% sobre o total da receita liquida. Em relação aos indicadores externos mais uma vez a COPEL esteve à frente investindo um total de R$ 33.508.945.000,00 nesta área representando 73,13% sobre a receita liquida.

Por fim, quanto a cidadania empresarial a diferença entre a maior e a menor remuneração foi registrada na distribuidora CELESC no ano de 2025 sendo 39,9 vezes. Quanto aos acidentes de trabalho o maior número de casos registrados foi no ano de 2025 na distribuidora COPEL sendo 220 casos e em relação as reclamações e críticas dos consumidores o maior índice foi registrado no ano de 2024 na companhia CELESC sendo 1.464.691 casos de reclamações.

A análise comparativa e crítica dos indicadores socioambientais da COPEL, CEEE e CELESC, referentes ao período de 2021 a 2025, permite concluir que a responsabilidade social corporativa apresenta características distintas entre as companhias, tanto em relação aos investimentos realizados quanto aos resultados evidenciados. A COPEL demonstrou maior representatividade dos investimentos sociais internos e externos em 2025, além de avanços na redução das emissões atmosféricas. Entretanto, apresentou fragilidades relacionadas à segurança do trabalho e à continuidade dos programas de educação ambiental.

A CEEE destacou-se pelo crescimento proporcional dos investimentos ambientais e sociais, embora os dados indiquem desafios associados aos impactos sobre a fauna e à consistência das informações divulgadas. A CELESC apresentou redução dos investimentos ambientais, aumento da desigualdade remuneratória e melhoria no percentual de reclamações solucionadas, evidenciando resultados heterogêneos em suas diferentes dimensões de responsabilidade social.

De modo geral, os resultados demonstram que a ampliação dos investimentos socioambientais não representa, necessariamente, melhoria proporcional do desempenho social e ambiental das organizações. O comprometimento empresarial deve ser avaliado não apenas pelos recursos financeiros destinados às ações, mas também pelos benefícios efetivamente gerados aos trabalhadores, consumidores, comunidades e ao meio ambiente. Nesse contexto, a contabilidade social e o Balanço Social, especialmente por meio dos indicadores associados ao modelo IBASE, desempenham papel relevante na evidenciação das práticas empresariais. Entretanto, sua contribuição para a transparência depende da confiabilidade, comparabilidade e continuidade das informações divulgadas.

Conclui-se, portanto, que a responsabilidade socioambiental das empresas do setor elétrico brasileiro deve ser compreendida como um processo contínuo de gestão, avaliação e prestação de contas, no qual os resultados concretos das ações desenvolvidas precisam assumir importância equivalente ou superior aos valores financeiros investidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.** Brasília: ANEEL, 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 6.385/1976. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF, 1976.

CARROLL, Archie B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons,** v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

CASTRO, Cristina Márcia Barros de. **Estratégias de contratações das empresas distribuidoras nos leilões de energia.** Viçosa, 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Viçosa.

CEEE. **Companhia Estadual de Energia Elétrica 2025.** Disponível em: https://www.ceee.com.br. Acesso em 06 de mai. de 2026.

CELESC. **Centrais Elétricas de Santa Catarina 2025.** Disponível em: https://www.celesc.com.br. Acesso em 06 de mai. de 2026.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023.** Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Rio de Janeiro: CVM, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.003, de 19 de agosto de 2004.** Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília, DF: CFC, 2004.

COPEL. **Companhia Paranaense de Energia 2025.** Disponível em: https://www.copel.com. Acesso em 06 de mai. de 2026.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business.** Oxford: Capstone, 1997.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Balanço Energético Nacional 2026: relatório síntese, ano-base 2025.** Rio de Janeiro: EPE, 2026.

FLICK, U.. **Métodos de Pesquisa:** Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2009.

FREEMAN, R. Edward. **Strategic management: a stakeholder approach.** Boston: Pitman, 1984.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Balanço Social:** Teoria e Prática. São Paulo: Atlas,2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, Rob; OWEN, Dave; ADAMS, Carol. **Accounting & accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting.** London: Prentice Hall, 1996.

IBASE. **Balanço Social 2008.** Disponível em: http://ibase.br/pt/balanco-social/. Acesso em: 27 de jul. de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Balanço social: o desafio da transparência.** Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

NETO, Francisco Paulo de Melo, Fróes Cesar. Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor, Ed. Qualitymark, Rio de Janeiro, 1999.

SAMPIERI, Roberto Hernández. CALLADO, Carlos Fernández. LUCIO, Maríadel Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Penso, 2010.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. **Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Synergia, EPE: Brasília, 2011.

---

[1] Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Paraná *Campus* de Campo Mourão. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail